

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Anteprojeto prevê tarifa de energia ‘por horário’	2
Título: Governo prevê aprovação de acordo da cessão onerosa no TCU	3
Título: Petrobras nega participação em vazamento no Nordeste	4
Título: Senado e Câmara fazem acordo sobre divisão de recursos da cessão onerosa	5
Título: Cemig cria subsidiária para atuar em geração solar	7
Título: Leilão da ANP atrai 17 grandes e médias petroleiras	9
Título: Shell cogita investir em infraestrutura de gás natural.....	10
Título: Curta.....	12
Título: Apoio a etanol nos EUA frustra mercado	12
Título: Leilões da ANP e venda de ativos da Petrobras animam seguradoras	14
Título: Setor perde dinheiro com distribuição	16
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	17
Título: Leilões de petróleo devem render R\$ 237 bi para governo e Petrobrás.....	17
Título: Câmara e Senado podem fazer votação a jato para fixar partilha	19
Título: Marinha e Petrobrás acham ‘assinatura’ da Venezuela em manchas de petróleo	19
Título: Abaixo-assinado por Abrolhos	21
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	22
Título: Temporada inédita de leilões começa na quinta.....	22
Título: Petrobras corta custos e fechará cinco escritórios no exterior	23
Título: Acordo de megaleilão avança e abre caminho para Previdência	24
Título: Um país por fazer e sem obras	26
VEÍCULO: O Globo.....	28

Título: Acordo sobre leilão do petróleo viabiliza votação da reforma.....	28
Título: Nem o índio santo escapou da degola.....	31
Título: O petróleo e a Previdência.....	32
Título: Óleo misterioso.....	33
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	34
Título: Acordo sobre pré-sal destrava Previdência	34

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro

Título: Anteprojeto prevê tarifa de energia ‘por horário’

Mudança deve constar em proposta para unificar e organizar normas do setor

Relator na do Código Brasileiro de Energia Elétrica, o deputado Lafayette Andrada (PRB-MG) protocolará hoje o anteprojeto que está em debate pela comissão especial da Câmara para reformular o setor e consolidar em uma lei centenas de portarias, decretos e atos que, na opinião dele, diminuem a segurança jurídica dos investimentos.

“Hoje a legislação é antiga e defasada, as atualizações ocorreram por normas, decretos e portarias que não garantem a segurança jurídica necessária para os investidores sentirem confiança. É melhor colocar tudo numa lei, que é mais difícil de mudar numa canetada depois”, afirmou o parlamentar. Ele estima que 75% sejam consolidação de leis, e 25%, inovações.

Entre as mudanças, está uma reforma já tentada na legislatura passada, mas barrada pela oposição sob o argumento de que encareceria a conta de luz para os mais pobres, que é permitir que os consumidores de menor potência e domésticos possam comprar energia no mercado livre, ou seja, negociar de qual geradora comprarão sua energia e o preço.

Outra modificação proposta é autorizar tarifas maiores em horários de pico e menores durante os períodos ociosos do dia, de acordo com as oscilações de demanda. Para Andrada, isso tem potencial de tornar mais racional o consumo e permitir, no futuro, uma “cobrança inteligente”, em que o medidor de energia avisará qual o melhor horário para tomar banho, por exemplo.

Também será dividida a cobrança de tarifa pelo uso da infraestrutura e da geração de energia, hoje unidas por uma única taxa. “Isso fazia sentido quando uma mesma empresa controlava a fiação elétrica e a geração de energia, mas hoje o setor se dividiu e há subsídios que acabam pagos por todos os consumidores do país”, comentou.

O anteprojeto, com mais de 150 páginas, será disponibilizado no site da Câmara para receber sugestões das várias entidades do setor e dos consumidores e também do governo. “Estive com o **ministro de Minas e Energia [Bento Albuquerque]** há dez dias e ele formou uma força-tarefa de técnicos para estudar o projeto e ajudar a aperfeiçoá-lo”, disse o relator.

A comissão especial da Câmara foi criada pelo presidente Rodrigo Maia (DEM-RJ) para debater uma reforma no setor que estimule os investimentos e evite um “apagão” de energia quando o país voltar a crescer de forma mais intensa. Segundo Andrada, esse ramo da economia responde por um terço dos investimentos em infraestrutura e gira R\$ 120 bilhões por ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Ribamar Oliveira — De Brasília

Título: Governo prevê aprovação de acordo da cessão onerosa no TCU

Avaliação é que eventuais ressalvas gerariam insegurança entre postulantes ao leilão

A expectativa do governo é que o plenário de ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) aprove, na reunião marcada para hoje, o acordo firmado entre a União e a Petrobras e os termos do leilão do excedente de petróleo da cessão onerosa, disse uma fonte credenciada da área econômica. “Acredito e espero que o plenário vá aprovar, ainda que com ressalvas ou recomendações”, disse.

Nesta quarta-feira, os ministros do TCU vão analisar o relatório técnico preparado pelos auditores do órgão, que aprovaram o acordo da União com a Petrobras com uma série de ressalvas. O principal problema apontado, de acordo com o documento, é o valor de US\$ 45 bilhões que teria que ser pago à Petrobras como compensação aos investimentos que vem sendo feitos pela estatal na área da cessão onerosa.

Os auditores consideram que o valor estaria superestimado e poderia criar dificuldades para a participação de empresas no megaleilão. A quantia de compensação teria sido fixada, de acordo com o relatório, com base no preço de US\$ 76,18 por barril de petróleo. Os técnicos observaram, no relatório, que “atualmente o preço do Brent no mercado spot se encontra abaixo dos US\$ 60 e que a EPE (Empresa de Pesquisa Energética) prevê que o preço médio do Brent somente superaria o valor predefinido a partir de 2027”.

A fonte ouvida pelo **Valor** pondera que a quantia de compensação à Petrobras é apenas “uma referência” e que as empresas vencedoras do megaleilão do excedente da cessão onerosa é que vão negociar com a estatal o montante devido, em um prazo de 18 meses. “Se não se puserem de acordo, haverá arbitragem”, informou.

O temor de alguns setores do governo é que a aprovação do acordo pelos ministros do TCU “com ressalvas” pode criar ambiente de insegurança jurídica com potencial de reduzir o interesse das empresas pelo leilão. A fonte está convencida de que “o leilão vai sair” e que os “ruídos” são naturais, mas insuficientes para tirar o interesse das empresas no evento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt — De Brasília

Título: Petrobras nega participação em vazamento no Nordeste

Castello Branco destaca que estatal tem atuado para minimizar impactos do vazamento

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, negou que o petróleo que atinge praias da região Nordeste tenha relação com atividade de exploração e produção da estatal. Ele destacou que, apesar disso, a empresa tem atuado para minimizar os impactos do vazamento.

“Até ontem [segunda-feira], colhemos 133 toneladas de resíduo oleoso nessas praias. Analisamos 23 amostras recolhidas e nenhuma é de óleo proveniente de exploração ou comercialização pela Petrobras. Esse é um fenômeno estranho e não dá sinais de retroceder, é um verdadeiro desastre”, destacou o executivo em audiência pública na Comissão de Minas e Energia da Câmara.

Castello Branco informou que a Petrobras mantém equipes técnicas atuando em cinco Estados da região - Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará - para conter os efeitos da contaminação das praias.

O presidente da petroleira foi convidado para participar da audiência para tratar da eventual descontinuidade das operações no Nordeste. Ele admitiu que a companhia tem vendido a operação de poços maduros, com declínio de produção, na região, mas garantiu que os investimentos do setor vão continuar, pelas mãos das empresas que assumirem as operações da estatal nesses Estados.

“Esse pessoal está investindo centenas de milhões de dólares. Eles não fazem isso para fechar as operações. Certamente, é para obter lucro”, afirmou.

O governo ainda não tem certeza sobre a origem do óleo que contamina as praias nordestinas. Segundo fontes do Planalto, a maior desconfiança é a de que a origem do petróleo seja a Venezuela. Porém, não se tem ideia sobre a origem do navio que o derramou e em que circunstâncias.

Já se sabe, porém, que o óleo não vazou de nenhuma plataforma ou duto da Petrobras. “Não sabemos se o navio estava indo, voltando, se foi um acidente ou um ato criminoso. Estamos tentando encontrar respostas”, disse uma fonte com conhecimento do assunto. Enquanto não se tem ao menos um indicativo claro, a orientação no Planalto é não apontar para nenhum possível culpado.

Questionado sobre a avaliação de especialistas que indicam que o óleo estaria vindo de outros países, sendo levado pelas correntes marítimas do Atlântico, o presidente da Petrobras, preferiu não responder: “A função da Petrobras não é investigar de onde é o óleo. A nossa preocupação foi se era um óleo produzido ou eventualmente comercializado pela Petrobras”. **(Colaboraram Fabio Murakawa e Renan Truffi)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/10/2019

Seção: Política

Autor: Vandson Lima — De Brasília

Título: Senado e Câmara fazem acordo sobre divisão de recursos da cessão onerosa

Os presidentes da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), respaldados pelas lideranças das duas Casas, chegaram a um acordo sobre a partilha de recursos para os Estados provenientes do bônus de assinatura da cessão onerosa. O acerto será colocado em um projeto de lei que tramitará rapidamente: a expectativa é que seja votado pela Câmara ainda hoje, pelo Senado na próxima terça-feira e promulgado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, na sequência.

A costura destrava o andamento da reforma da Previdência no Senado, que agora já tem até data para sua conclusão: dia 22 deste mês.

A proposta também atende ao interesse do governador de São Paulo, João Doria (PSDB). Pela manhã, Doria apresentou no Fórum dos Governadores, junto com seu secretário e ex-ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, uma proposta de divisão dos recursos nos mesmos termos do confirmado horas depois pelo Congresso Nacional.

O anúncio foi feito pelo líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). Pela proposta, dos 15% do bônus destinados aos Estados, dois terços (10%) serão repartidos de acordo com critérios de distribuição do Fundo de Participação de Estados (FPE), que beneficiam mais Estados mais pobres, das regiões Norte e Nordeste.

O outro terço (5%) será repartido considerando os prejuízos dos Estados com a Lei Kandir e o critério de compensação do Fundo de Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (FEX) que contempla os entes exportadores.

Os 15% do bônus destinados aos municípios preservarão a divisão pelos critérios do Fundo de Participação de Municípios (FPM). Os prefeitos poderão aplicar os recursos, pela ordem, para equilíbrio das contas previdenciárias e para investimentos.

Já dos 15% para Estados, a prioridade será dada ao equilíbrio previdenciário e, caso reste recursos, para investimentos e pagamentos de precatórios de pessoas físicas, sobretudo de pensões alimentares, anunciou Bezerra.

“Os consultores estão colocando no papel o acordo proposto pelos presidentes. Levaremos ao conhecimento dos ministros Paulo Guedes (Economia), Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) e Onyx Lorenzoni (Casa Civil). A ideia é votar amanhã [hoje] na Câmara, na terça-feira no Senado e o presidente Bolsonaro promulgar na próxima semana”, disse o líder governista.

Ao passar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que tratou do tema, o Senado definiu que o bônus seria dividido em 67% para a União, 15% para Estados, 15% para municípios e 3% para o Rio de Janeiro, Estado produtor. Os

recursos seriam distribuídos de acordo com critérios vigentes para a repartição dos Fundos de Participação de Estados (FPE) e municípios (FPM).

Essa divisão não foi bem recebida na Câmara, que precisaria confirmar o texto. Isso porque o cálculo usando o FPE e FPM privilegia Estados pobres, do Norte e Nordeste. No Senado, esse critério faz sentido: como cada Estado tem três representantes e Norte e Nordeste formam juntos 16 Estados, a divisão agradou em cheio pelo menos 48 senadores - mais da metade da casa.

Na Câmara as bancadas são proporcionais às populações locais. Estados maiores ou mais ricos se consideraram prejudicados. Com a Câmara ameaçando alterar a PEC - inclusive vislumbrando que parte do bônus fosse definido por emenda parlamentar -, o Senado resolveu desacelerar a reforma da Previdência.

“Houve diversas consultas a governadores e uma manifestação, se não unânime, ampla de que esse encaminhamento atenderia à necessidade de equilíbrio federativo entre os Estados”, ponderou Bezerra. Governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra (PT) se opôs à nova divisão dos recursos. “Eu acho que tinha de ficar como o Senado aprovou”, disse.

Na carta divulgada após o encontro, os governadores lembraram que caberá ao governo distribuir, da parte da União, royalties e “participação especial” no percentual de 30% para Estados, e municípios, “aumentando-se progressivamente até 70%” em oito anos.

Confirmado o projeto, tudo volta aos eixos: uma comitiva de parlamentares embarca hoje para a Itália para acompanhar a canonização de Irmã Dulce no dia 13 - até Alcolumbre, que é judeu, entrará na caravana. Até o dia 22, estarão cumpridos os prazos regimentais e o Senado concluirá a votação do texto principal da reforma da Previdência, liberando para a Câmara a PEC paralela, que propõe, entre outras alterações, a reinclusão de Estados e municípios nas mudanças no sistema de aposentadoria. **(Colaboraram Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza

Título: Cemig cria subsidiária para atuar em geração solar

A Cemig SIM une ativos de outras duas controladas do grupo

A Cemig planeja investir cerca de R\$ 300 milhões até 2020 na construção de usinas solares em Minas Gerais. Os empreendimentos farão parte de uma nova empresa de geração distribuída que ganhou o nome de Cemig S!M e cuja criação foi anunciada ontem em Belo Horizonte. A elétrica terá 49% das usinas e o grupo privado Mori Energia, 51%.

O anúncio da nova empresa ocorre às vésperas de o governador de Minas, principal acionista da Cemig, tornar público um plano de privatizações. O plano deverá incluir venda da Cemig, hoje controlada pelo Estado.

A Cemig S!M é resultado da junção de outras duas empresas do grupo, a Cemig GD e a Efficientia. Ao todo serão 32 usinas solares; nove delas previstas para começar a operar até o fim do ano. As demais, no início de 2020. Serão instaladas na região norte e noroeste de Minas espalhadas por 17 municípios.

Com uma estimativa total de potência instalada de 150 MW, as usinas deverão gerar 300 Gigawatts / hora - ano. Os clientes numa primeira fase serão comerciais e industriais de baixa tensão e que poderão economizar até 18% nos gastos com energia.

Até o fim do ano, o aporte previsto pela Cemig é de cerca de R\$ 200 milhões, valor que deve alcançar os R\$ 300 milhões - de um total que deve girar em torno de R\$ 600 milhões. A primeira parte desses recursos da Cemig virá do caixa próprio, mas a direção da companhia já discute com bancos - públicos e privados - futuras linhas de crédito.

Minas Gerais tem se tornado um mercado receptivo para empreendimentos de energia solar nos últimos anos. Com intensa insolação e legislação amigável, o Estado tem atraído investidores nacionais e estrangeiros.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico contabiliza uma carteira de R\$ 30 bilhões de investimentos previstos em novos negócios fotovoltaicos. Parte deles, já operando no modelo de geração distribuída.

Entre outras características, a geração distribuída permite que consumidores comprem energia solar fora do mercado cativo sem a necessidade de investimento em estrutura própria.

Segundo Belini, ao investir em usinas solares e geração distribuída, a Cemig fará frente à concorrência. “Se não fizermos nada, a concorrência chega e leva. Mercado é isso. Você tem que estar presente e disputar mercado”, disse Belini a jornalistas.

Embora seja uma empresa baseada em geração hidrelétricas, a direção da Cemig aposta que a energia solar tem ainda muito a crescer no Brasil e que se não investir nesse nicho corre o risco de perder espaço nesse novo mercado

Belini disse que os valores destinados às usinas é proporcionalmente pequeno em relação ao plano de R\$ 6,2 bilhões de investimento na distribuição do grupo.

Sócia da Cemig no empreendimento solar, a Mori tem sede em São Paulo e um de seus sócios é o fundo de investimento Perfin. Diretor de novos negócios da Mori, Ivo Pitanguy, diz que a companhia vai usar recursos próprios para investir nas usinas. O executivo é neto do cirurgião plástico Ivo Pitanguy, considerado um dos maiores do munto, morto em 2016.

A Mori foi criada em 2012 e antes das fazendas solares em Minas, havia atuado num projeto de placas solares no prédio do laboratório Eurofarma em São Paulo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/10/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito

Título: Leilão da ANP atrai 17 grandes e médias petroleiras

Dezessete petroleiras, entre as gigantes do setor e empresas médias, vão competir amanhã por 36 áreas, com foco em águas profundas e ultraprofundas do litoral do Sudeste e Nordeste, na 16ª Rodada de concessões de blocos exploratórios de óleo e gás. A licitação é a primeira de uma sequência de três grandes leilões que tem potencial para irrigar o caixa da União, Estados e municípios em mais de R\$ 117 bilhões, se bem-sucedidos.

A 16ª Rodada da Agência Nacional do Petróleo (ANP) marca a estreia do calendário de grandes leilões de óleo e gás do governo Jair Bolsonaro. A expectativa é que as bacias de Campos e Santos, os dois principais atrativos da licitação, despertem novamente o interesse das grandes multinacionais do setor. Petroleiras como Petrobras, ExxonMobil, Shell, BP, Chevron e Repsol, que marcaram presença na região, nos leilões dos dois últimos anos, estão entre as inscritas.

Os ativos ofertados na 16ª Rodada têm potencial para o pré-sal, embora estejam fora do polígono. Com outorgas mais baratas do que aquelas envolvidas na 6ª Rodada do Pré-sal e no megaleilão dos excedentes da cessão onerosa, de novembro, a expectativa é que as médias petroleiras tenham condições de crescerem em Campos e Santos.

O leilão ofertará 24 áreas nessas bacias com bônus variáveis, de R\$ 8,9 milhões a R\$ 1,375 bilhão, o que abre espaço tanto para as gigantes quanto para empresas médias - como a Enauta, Karoon, Murphy Oil e Wintershall Dea.

Para Carlos Maurício Ribeiro, especialista em óleo e gás do Vieira Rezende Advogados, a expectativa para o leilão é positiva, com forte competição entre as empresas. “Leilão em regime de concessão tem sempre um apelo. E são áreas boas. Acho que será um bom resultado em termos de arrecadação e investimentos”, disse.

Por outro lado, um ponto de preocupação do setor diz respeito às áreas das bacias Jacuípe e Camamu-Almada, no litoral baiano, próximas do arquipélago de Abrolhos. Isso porque o Ministério Público da Bahia entrou com ação na Justiça contra o leilão desses ativos. O risco de que uma liminar seja concedida até amanhã, solicitando a retirada das áreas, gera um clima de insegurança jurídica.

A 16ª Rodada vai ofertar blocos nas bacias de Pernambuco-Paraíba, Jacuípe, Camamu-Almada, Campos e Santos. Com exceção da Enauta e da Petrobras, todas as inscritas são estrangeiras: BP (Reino Unido), Chevron (EUA), CNOOC (China), Ecopetrol (Colômbia), Equinor (Noruega), ExxonMobil (EUA), Karoon (Austrália), Murphy Oil (EUA), Petrogal (Portugal), Petronas (Malásia), QPI (Catar), Repsol (Espanha), Shell (Reino Unido/Holanda) e Total (França) e Wintershall Dea (Alemanha).

Além dessa rodada, mais duas estão marcadas para 2019: o megaleilão dos excedentes (dia 6 de novembro), cujas áreas ofertadas somam bônus de assinatura fixo de R\$ 106,5 bilhões, e a 6ª Rodada de partilha do pré-sal (dia 7 de novembro), cujo bônus é de R\$ 7,85 bilhões. Nesse leilão, a outorga é fixa e vence quem apresentar maior percentual de óleo à União.

Para a 16ª Rodada, o governo fixou em R\$ 3,2 bilhões o bônus mínimo das 36 áreas a serem ofertadas. Na prática, porém, a arrecadação pode ser maior ou menor, a depender dos ágios apresentados pelos ativos e do número de áreas negociadas. No regime de concessão, vence quem oferecer maior bônus.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/10/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Shell cogita investir em infraestrutura de gás natural

Petroleira busca consumidores para o insumo que a Petrobras deixará de comprar da multinacional devido a compromisso feito no Cade

A Shell está aberta a investir em infraestrutura de gás natural, no futuro, se a opção for “fundamental” para eliminar gargalos para escoar o gás da companhia, no pré-sal, até ao mercado, disse ontem o gerente-executivo de desenvolvimento de negócios da empresa no Brasil, Guilherme Perdigão. Segunda maior produtora do país, a petroleira busca consumidores para o gás que a Petrobras deixará de comprar da multinacional, como parte de um compromisso assumido com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

“É uma oportunidade de negócios que estamos avaliando. Normalmente o investimento em midstream [infraestrutura de escoamento e transporte] está atrelado, de forma estratégica, à oportunidade do upstream [exploração e produção] ou necessidade do downstream [venda ao consumidor]. Mas quando [a falta de infraestrutura] passa a ser um gargalo para viabilizar nossa produção ou nossa posição de downstream, ele [o investimento] acontece”, afirmou Perdigão, durante evento da Câmara Britânica de Comércio e Indústria no Brasil.

A Shell deve, até o fim de ano, ter sua posição reestruturada na infraestrutura de gás, no país. A companhia está em negociações finais com a Petrobras, Repsol e Galp, para a formação de um Sistema Integrado de Escoamento (SIE). O objetivo é reunir todos os gasodutos marítimos do pré-sal numa única empresa e construir um sistema integrado de forma que a estatal e seus sócios tenham participações societárias uniformes em todo o sistema. Hoje, a Petrobras opera três rotas de escoamento até a costa do Rio de Janeiro e de São Paulo, mas detém participações diferentes em cada um dos gasodutos.

Segundo Perdigão, o desenvolvimento da infraestrutura - e de um mercado de gás natural - é uma necessidade, para que os grandes projetos de produção de petróleo - e de gás associado - do pré-sal se viabilizem.

Nesse sentido, ele confirmou que a companhia participará do leilão de energia nova A-6, da semana que vem, com um projeto de expansão da termelétrica Marlim Azul (565 megawatts), em Macaé (RJ), onde a multinacional possui uma fatia de 29,9%, em sociedade com a Pátria Investimentos e a Mitsubishi. A usina, prevista para 2023, foi um primeiro passo dado pela petroleira para monetizar sua parcela de gás no pré-sal.

Sócia da Petrobras em dois dos principais campos do pré-sal (Lula e Sapinhoá), a petroleira é a segunda maior produtora do Brasil, com volumes de 15 milhões de metros cúbicos diários (m³/dia) - o equivalente a 11% de todo o volume produzido no país.

Hoje, esses recursos são vendidos para a Petrobras. A estatal, porém, se comprometeu junto ao Cade a não renovar seus contratos para compra de gás

de terceiros, o que abre oportunidades para empresas como a Shell se consolidarem como fornecedoras. Para a expansão de Marlim Azul, por exemplo, Perdigão conta que a ideia é abastecer a usina com parte do gás que a Petrobras deixará de comprar da empresa.

Segundo Perdigão, a companhia optou por começar a monetizar o seu gás por meio da geração termelétrica porque o mercado de energia elétrica, no Brasil, está mais consolidado do que o de gás. A petroleira, no entanto, olha também para oportunidades de venda de seu gás para distribuidoras e para indústrias, no mercado livre de gás. “Nosso objetivo é criar um portfólio diverso”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/10/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curta

Petrobras conclui venda

A Petrobras concluiu a venda da participação nos campos Pargo, Carapeba e Vermelho, localizados em águas rasas na costa do Rio de Janeiro, para a Perenco. A operação foi concluída com o pagamento de cerca de US\$ 324 milhões. Esse valor se soma aos US\$ 74 milhões pagos na assinatura dos contratos de venda, em 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/10/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Gregory Meyer — Financial Times, de Nova York

Título: Apoio a etanol nos EUA frustra mercado

A indústria americana de etanol ficou exultante na semana passada quando o governo de Donald Trump anunciou as tão aguardadas reformas para estimular a demanda por biocombustíveis nos EUA, mas a reação nos mercados foi bem diferente.

Os preços dos créditos usados nos mercados de etanol caíram desde o anúncio pela Agência de Proteção Ambiental (EPA, na sigla em inglês), na sexta-feira, como reflexo das dúvidas que pairam sobre os detalhes do plano e das incertezas em relação ao real impacto nas vendas, de acordo com a opinião de analistas.

A maior parte da gasolina vendida no Estados Unidos contém cerca de 10% de etanol. A commodity tem enorme importância econômica nos Estados americanos da região do Meio-Oeste, onde cerca de 35% da colheita de milho é vendida para usinas de etanol. Esses Estados, por sua vez, são cruciais para as perspectivas de reeleição de Trump em 2020.

A EPA do governo Trump anunciou na sexta-feira um plano para elevar a demanda por etanol a 15 bilhões de galões (56,8 bilhões de litros) por ano - o patamar exigido por determinação parlamentar - em 2020. Anteriormente, o governo havia enfraquecido a necessidade de cumprimento dessa determinação por meio de exceções concedidas para dezenas de refinarias de petróleo que atuam no país.

Agora, caso seja bem-sucedido, o plano vai reduzir o impacto dessas exceções, o que elevaria o preço dos créditos que as refinarias de petróleo compram para cumprir as exigências de mistura do combustível. O crédito é conhecido oficialmente como “Número de Identificação Renovável” (Rin).

Depois do anúncio na sexta-feira, no entanto, os créditos Rin entraram “em queda livre”, nas palavras de Denton Cinquegrana, do serviço de informações de preços de combustíveis Opis.

O preço médio do Rin de etanol na segunda-feira era de US\$ 0,20 por galão (3,875 litros), 16% mais baixo do que na quinta-feira anterior e próximo ao preço médio de 2019. A queda refletiu o “desapontamento” com a proposta, de acordo com Bill Lapp, da firma de consultoria Advanced Economic Solutions.

O preço dos swaps de etanol ficou em US\$ 1,485 por galão na bolsa de Chicago, na segunda-feira, 2,3% a menos do que na quinta-feira. Os contratos futuros de milho estavam em US\$ 3,87 por bushel, um pouco abaixo do verificado na quinta.

Nesta semana, a EPA planeja propor formalmente a ampliação das exigências de uso de biocombustível, segundo um técnico da agência. Em seu anúncio na semana passada, a EPA havia comunicado que iria pedir sugestões “sobre ações para assegurar que mais de 15 bilhões de galões de etanol convencional sejam misturados à oferta de combustível da nação a partir de 2020”.

Líderes da indústria americana de biocombustíveis ainda estão otimistas quanto ao cumprimento da meta de 15 bilhões de galões, apesar de o consumo nos Estados Unidos estar aproximadamente 500 milhões de galões abaixo desse patamar.

Para atingir a meta, seria necessário elevar a taxa nacional de mistura de etanol na gasolina dos atuais 10% para 15%, com o uso de um combustível chamado

E15, segundo Todd Becker, executivo-chefe da Green Plains, uma empresa de Omaha que conta com 13 usinas de etanol.

Vender mais E15 nos postos de gasolina “vai ser o legado deste acordo e vai mudar a agricultura em toda nossa vida”. “A única área em que a demanda por milho vai crescer para os agricultores vai ser a de produção de etanol”, afirmou Todd Becker.

Outros no mundo da agricultura não têm tanta certeza. A declaração da EPA “certamente é atraente e satisfatória para o lobby do etanol”, disse Richard Feltes, vice-presidente da corretora de commodities RJ O’Brien. “Eu diria que o resto do mercado vai ficar na expectativa. Eles não vão querer acreditar até que vejam.”

Scott Irwin, economista especializado em agricultura na University of Illinois, disse que ampliar as vendas do E15 vai ter obstáculos pela frente, como o pequeno número de postos que o vendem. “Simplesmente, não vejo nenhuma forma de conseguir que o consumo real de etanol físico em 2020 chegue ao nível de 15 bilhões [de galões] ou mais”. **(Tradução de Sabino Ahumada)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/10/2019

Seção: Finanças

Autor: Flávia Furlan — De São Paulo

Título: Leilões da ANP e venda de ativos da Petrobras animam seguradoras

A nova rodada de leilões da Agência Nacional de Petróleo (ANP), com início previsto na próxima quinta, e o processo de venda de ativos da Petrobras elevaram a demanda por seguros de óleo e gás no país. Segundo executivos do setor, o ano de 2019 deve consolidar a retomada do segmento identificada no ano passado, depois de anos de vendas em queda.

Dados compilados pela seguradora Austral mostram que os prêmios gerados pelo setor devem somar R\$ 700 milhões neste ano, o que representa um crescimento de apenas 5% em comparação a 2018, mas um avanço de quase 140% em relação aos R\$ 292 milhões verificados em 2017. O levantamento considera apólices para a atividade de extração, desenvolvimento e produção, com mais representatividade “offshore” (extração no mar) do que “onshore” (na terra), em itens como plataformas, sondas e navios, por exemplo.

“A retomada dos leilões da ANP é peça-chave para a indústria de óleo e gás, mas o setor de seguros tenta surfar nessa mesma onda”, diz Rodrigo Campos, diretor de subscrição da Austral, empresa que registrou R\$ 228 milhões em

prêmios emitidos em riscos de petróleo em 2018, mais que o dobro do registrado no ano anterior.

A ANP deve promover uma sequência de três leilões de óleo e gás em menos de um mês, com início na próxima quinta-feira, dia 10, quando fará a 16ª rodada de concessões. Segundo antecipado pelo **Valor**, ao todo, 17 petroleiras se inscreveram para disputar 36 blocos para exploração, em águas profundas e ultraprofundas, do litoral Sudeste e Nordeste. Já no dia 6 de novembro está previsto o megaleilão de excedentes da cessão onerosa e, no dia seguinte, a 6ª rodada do pré-sal, para a qual 13 empresas já foram habilitadas.

Nessa fase dos leilões, as seguradoras costumam ser consultadas para a contratação principalmente do seguro garantia “bid”, que garante que a empresa irá assinar o contrato caso vença o certame. Além disso, elas são procuradas para a venda de seguro garantia de performance, obrigatório para o concessionário ou contratado para fazer frente aos riscos do programa exploratório mínimo, que pode durar até oito anos.

“Temos sido consultados para a contratação de ambas as garantias, principalmente de empresas multinacionais”, diz Pedro Mattosinho, líder de seguro garantia da Zurich Seguros. “Agora, do ponto de vista do risco dos seguros garantia de performance, não é algo trivial, porque eles são de longo prazo.” O setor de óleo e gás representa entre 10% e 15% da carteira de exposição de riscos da Zurich, mas o executivo acredita que há espaço para crescimento.

Segundo Mattosinho, no geral, as taxas desses seguros estão estáveis em relação ao praticado nas rodadas anteriores da ANP. Porém, as seguradoras que tiveram sinistros no passado podem ser mais cautelosas em assumir os riscos.

Embora no momento do leilão o prêmio gerado pelo setor de óleo e gás para as seguradoras seja baixo - estima-se que, neste novo ciclo, fique em torno de R\$ 100 milhões -, com o passar do tempo novas apólices vão sendo contratadas, e não apenas pelos vencedores do leilão, mas por toda a cadeia de fornecimento. Essas empresas foram penalizadas nos últimos anos pelos desdobramentos da operação Lava-Jato.

A Petrobras também deve contribuir para acelerar as contratações de seguros, por conta das vendas de ativos em curso. A estatal iniciou o processo de venda de oito refinarias, que representam cerca de 50% da capacidade de refino nacional, ou 1,1 milhão de barris por dia de petróleo processado.

“As empresas que comprarem esses ativos vão ter de começar a contratar programas de seguros, o que deve gerar mais prêmios ao mercado”, afirma

Wellington Zanardi, diretor das áreas de grandes indústrias e energia da corretora Marsh Brasil.

A Petrobras também deve agitar o mercado nesta semana, com recebimento de propostas para seu próprio programa de seguros. No total, são quase US\$ 170 bilhões em ativos segurados por 18 meses, com a expectativa de geração de US\$ 50 milhões em prêmios, segundo duas fontes consultadas. A franquia é de US\$ 180 milhões por ocorrência, o que significa que a estatal absorve perdas até esse patamar.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 09/10/2019

Seção: Finanças

Autor: Flávia Furlan — De São Paulo

Título: Setor perde dinheiro com distribuição

Seguradoras conseguiram reverter perdas com os apólices de risco de petróleo “upstream”, que inclui atividades de extração, desenvolvimento e exploração

Estudo realizado pela corretora Marsh com exclusividade ao **Valor** revela que em todo o mundo as seguradoras conseguiram reverter as perdas com as apólices de risco de petróleo “upstream”, que inclui as atividades de extração, desenvolvimento e exploração. No entanto, quando considerados os negócios “downstream”, que abrangem transporte, distribuição e comercialização dos derivados de petróleo, as seguradoras ainda estão no prejuízo.

Os dados mostram que, em 2015, o volume de prêmios de seguros de risco de petróleo “upstream” estava em US\$ 2 bilhões, enquanto as perdas globais representaram o dobro. Com o passar do tempo, os prêmios caíram, mas a queda foi ainda mais intensa nos sinistros. Para se ter ideia, em 2018, os prêmios da modalidade alcançaram US\$ 1,25 bilhão enquanto as perdas, US\$ 1 bilhão.

Segundo Wellington Zanardi, diretor das áreas de grandes indústrias e energia da corretora Marsh, nos anos de 2015, 2016 e 2017, a desvalorização nos preços do petróleo levou alguns participantes a reduzir a produção para alavancar a cotação da commodity, um movimento que acabou por diminuir as taxas de prêmios de seguros.

“Houve um volume menor de ativos segurados ou as petroleiras passaram a reter mais o risco, apresentando, por exemplo, franquias para as seguradoras”,

explicou o executivo. “Dessa forma, houve redução das perdas para as seguradoras, que acabaram bancadas pelas franquias das empresas.” Segundo Zanardi, a expectativa para 2019 é de crescimento de 5% no volume de prêmios de risco de petróleo “upstream”, ante o mesmo período do ano anterior.

Já no mercado “downstream”, a realidade é oposta. Os dados da Marsh mostram perdas em quatro dos últimos cinco anos. A maior diferença foi vista em 2018, quando os prêmios somaram US\$ 1,75 bilhão e as perdas, US\$ 4 bilhões.

“Há grandes perdas no mercado que mostram uma fragilidade no momento de subscrição, que o mercado tem atacado neste ano com aumento de preços aos clientes”, afirmou Zenardi. Segundo o executivo, há resseguradores repassando entre 25% e 30% de aumento das taxas para clientes sem sinistros - para aqueles que já tiveram algum episódio, o valor do prêmio chega a dobrar no momento da renovação.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 09/10/2019

Seção: Economia

Autor: Denise Luna Fernanda Nunes / RIO

Título: Leilões de petróleo devem render R\$ 237 bi para governo e Petrobrás

Disputa. Do total, R\$ 120 bi devem ser pagos à estatal por investimentos já realizados nas áreas, segundo o IBP, enquanto R\$ 117 bi virão de bônus de assinatura, dinheiro que a União conta para ajudar no Orçamento de 2020; em menos de um mês, serão três licitações

Num intervalo de menos de um mês, o governo vai realizar três licitações de áreas de exploração e produção de petróleo e gás, a maior parte delas localizadas no pré-sal. Os leilões devem gerar R\$ 237 bilhões ao governo federal e à Petrobrás – soma de valores previstos nos editais e estimativas de petroleiras. Cerca de R\$ 120 bilhões devem ser pagos à estatal por investimentos feitos em áreas que vão a leilão, segundo projeção do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (IBP), que representa as grandes empresas do setor. Os demais R\$ 117 bilhões virão do bônus de assinatura – taxa, fixada nos editais das disputas, que as companhias vencedoras pagam para assinar o contrato.

Além disso, mais R\$ 300 bilhões devem entrar nos caixas das três instâncias de governo – federal, estadual e municipal – na forma de compensação financeira

pela exploração de recursos naturais, como royalties, e de imposto de renda. Mas esse pagamento apenas vai ganhar relevância a partir de 2030, quando a produção passará a ser expressiva. O primeiro leilão, de blocos do pós-sal, está marcado para amanhã. Já as licitações do pré-sal estão agendadas para os dias 6 e 7 de novembro. “O Brasil é cada vez mais o destino dos investimentos, porque tem demonstrado que possui regras estáveis, que voltou a ter regularidade nos leilões e isso ajuda a criar um bom ambiente de negócios”, afirmou Antônio Guimarães, secretário executivo de Exploração e Produção do IBP.

No curto prazo, o Tesouro já vai poder contar com o montante dos bônus de assinatura, que vai entrar no caixa da União até o dia 26 de junho de 2020 e contribuir com o Orçamento do ano que vem. Para especialistas, no entanto, esse valor não deve ter grande impacto na atividade econômica. “A geração de receita estimada para esses leilões não tem precedente. O lado frustrante é que o dinheiro vai acabar se perdendo no pagamento da dívida pública. A geração de emprego até vai acontecer, mas talvez mais lentamente e em menor dimensão do que se imaginava”, afirmou o especialista no setor, José Roberto Faveret, sócio do Faveret Lampert Advogados. O professor da FGV e Uerj Mauricio Canedo avalia que esses recursos serão importantes, mas destaca que são receitas não recorrentes.

“É um alívio para o governo, mas não representa um ajuste estrutural.” Divisão. Do bônus de assinatura total a ser pago à União, R\$ 114,42 bilhões virão das áreas do pré-sal vendidas sob o regime de partilha, em que a União é recompensada com uma parcela da produção física de petróleo e gás. Nesse tipo de contrato, o bônus de assinatura é previamente fixado em edital e ganha a disputa quem der maior contrapartida ao governo. A projeção, no entanto, só vai se concretizar se todas as áreas de pré-sal forem vendidas nos leilões do dia 6 de novembro, de áreas excedentes da cessão onerosa, e no dia seguinte, na 6ª rodada de partilha. O excedente é formado por reservas já descobertas pela Petrobrás, mas que ultrapassam o volume contratado pela estatal em 2010, de 5 bilhões de barris de óleo equivalente (boe), no regime de cessão onerosa.

Já na 6.ª rodada de partilha serão oferecidas áreas exploratórias que ainda não têm a viabilidade econômica comprovada e, por isso, são de maior risco. No leilão de amanhã, no entanto, as regras são outras: quem apresentar maior bônus de assinatura leva a concessão. É possível, então, que sobre o bônus mínimo de R\$ 3,2 bilhões, definido pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), ainda incida ágio. O diretor-geral da ANP, Décio Oddone, destaca que esse leilão vai atrair companhias de grande porte. “Vai ter competição boa, principalmente nos blocos das bacias de Campos e Santos, onde o pessoal está mais focado”, afirmou. “Dos três leilões, não tenho dúvida que os resultados do excedente da cessão onerosa serão os mais rápidos”, avaliou Guimarães, do IBP.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 09/10/2019****Seção: Economia****Autor: CAMILA TURTELLI e DANIEL WETERMAN****Título: Câmara e Senado podem fazer votação a jato para fixar partilha**

Impasse em torno da divisão dos recursos do pré-sal entre Estados ameaça reforma da Previdência no Senado

Câmara e Senado articulam um projeto de lei para definir os critérios de distribuição com Estados e municípios de parcela dos R\$ 106,5 bilhões previstos de arrecadação com o megaleilão do petróleo, marcado para 6 de novembro. A ideia é que, se houver acordo, o novo texto seja votado até a próxima terça-feira, por deputados e senadores, com maioria simples. O acordo destravaria a votação do segundo turno da Previdência no Senado, previsto para o dia 22.

O assunto foi discutido em reunião de líderes do Senado na tarde de ontem em conversas do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), com governadores ao longo do dia. A proposta é, depois do pagamento à Petrobrás, distribuir 15% dos recursos (R\$ 10,95 bilhões) para os municípios seguindo o critério do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que beneficia principalmente as cidades mais pobres. Para os Estados também serão direcionados 15% (R\$ 10,95 bilhões), mas seguindo duas regras diferentes: dois terços pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE) e um terço pela lei Kandir e Fundo de Exportação (FEX), como antecipou o Estado no domingo. Segundo o senador, estava ainda em discussão como esses recursos poderão ser usados pelos governadores.

Na prática, essa divisão reduziria os recursos destinados para Norte e Nordeste e aumentaria os valores para Sul, Sudeste e Centro-Oeste. O critério de divisão de 10% por FPE e 5% por Lei Kandir foi defendido pelo governador de São Paulo, João Doria (PSDB), em reunião de governadores mais cedo. Parlamentares e governadores do Nordeste afirmam que o critério proposto ainda não é consenso e demonstram resistência. O restante dos recursos ficará com a União (R\$ 48,9 bilhões) e com o Rio de Janeiro (R\$ 2,19 bilhões). O pagamento à Petrobrás pelos investimentos feitos ficou em R\$ 33,6 bilhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 09/10/2019****Seção: Metrópole****Autor: André Borges****Título: Marinha e Petrobrás acham 'assinatura' da Venezuela em manchas de petróleo**

Ambiente. Pelo menos 138 pontos do litoral dos nove Estados da Região Nordeste foram afetados até agora, presidente Jair Bolsonaro diz que não descarta ação criminosa. Governo de Sergipe planeja usar boias para evitar que o material chegue ao Rio São Francisco

Investigações sigilosas da Marinha e da Petrobrás encontraram petróleo com a mesma “assinatura” do óleo da Venezuela em manchas que se espalharam até agora por pelo menos 138 pontos do litoral dos 9 Estados do Nordeste. Ontem, o presidente Jair Bolsonaro disse não descartar uma ação criminosa. E o Sergipe planeja usar boias para impedir que o material atinja a bacia de rios, como Vaza Barris e São Francisco. Segundo uma fonte da alta cúpula do governo, ouvida pelo Estado, trata-se do mesmo tipo de óleo extraído da Venezuela – o que corrobora rumores a esse respeito veiculados desde a semana passada. A conclusão já foi informada ao Ibama, órgão ligado ao Ministério do Meio Ambiente. Mas não é possível dizer que todo o vazamento que atinge praias tem a mesma origem.

A Marinha e a Polícia Federal analisam amostras e não deram informações oficiais. Ainda ontem, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que há a possibilidade de que o derramamento tenha sido criminoso. Ele, no entanto, ponderou que as investigações estão em curso. O Estado questionou a Petrobrás sobre a possível presença de óleo da Venezuela nas instalações da refinaria Abreu e Lima, estrutura que, em princípio, seria construída com a parceria da estatal PDVSA. A Petrobrás informou que nunca processou óleo de origem venezuelana em Abreu e Lima. Por meio de nota, a estatal declarou que a análise realizada pela empresa em amostras de petróleo cru encontrado em praias do Nordeste “atestou, por meio da observação de moléculas específicas, que a família de compostos orgânicos do material encontrada não é compatível com a dos óleos produzidos e comercializados pela companhia”.

Os testes foram realizados nos laboratórios do Centro de Pesquisas da Petrobrás (Cenpes), no Rio. “Nós temos isso bem documentado, coletamos 23 amostras, nosso centro de pesquisas realizou análises bioquímicas e chegou à conclusão de que não se trata de nenhum óleo produzido e/ou comercializado pela Petrobras”, disse o presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, após audiência na Câmara. Segundo ele, já foram recolhidas 133 toneladas de resíduo oleoso de praias. O Estado procurou a estatal PDVSA, que não se pronunciou. As investigações sobre a origem do óleo ainda não avançaram. Para David Zee, professor da Faculdade de Oceanografia da Universidade do Estado do Rio (Uerj), o vazamento de um navio constitui “uma hipótese possível”.

“Pela quantidade espalhada pode até ser a carga completa de um petroleiro.” Em nota, a Marinha disse ter empenhado 1.583 militares, 5 navios e 1 aeronave nessas operações de análise e monitoramento. A Marinha ainda classificou a

ocorrência como “inédita”. Boias e preocupação. O governo de Sergipe anunciou nesta terça que colocará boias absorventes para evitar que o óleo que polui a zona litorânea sergipana entre nos rios, sobretudo o São Francisco. Os equipamentos serão cedidos pela Petrobrás. O trabalho de retirada do óleo da costa continua, assim como o monitoramento, tanto por parte da Administração Estadual do Meio Ambiente (Adema) como por órgãos federais. A situação preocupa, além das autoridades, ambientalistas.

“Sem dúvida é o maior desastre ambiental no litoral do Nordeste do Brasil”, diz Flávio Lima, coordenador geral do Projeto Cetáceos da Costa Branca da Universidade Estadual de Rio Grande do Norte (UERN). Ele e sua equipe estão envolvidos no atendimento dos animais contaminados pelo óleo de origem ainda desconhecida e identificado como petróleo cru. Até o momento, em todo o Nordeste, 16 tartarugas marinhas, espécie ameaçada de extinção, foram contaminadas pela substância – e o lançamento delas também deixou de ocorrer (mais informações nesta página).

O vazamento do óleo já atinge 61 municípios. “Além do risco de contaminação para a megafauna marinha local, que envolve diversas espécies de aves, cetáceos e o peixe- boi marinho, espécie de mamífero marinho mais ameaçada de extinção do País, é preocupante a exposição da população e dos atores locais que utilizam as praias afetadas”, alerta o coordenador. / COLABORARAM ANNE WARTH e MARIANA HAUBERT, ANTONIO CARLOS GARCIA, MICHELLE FERRET e JESSICA NAKAMURA, ESPECIAIS PARA O ESTADO

Despejo

“Não quero gerar um problema com outros países. É um volume que não está sendo constante. Parece que criminosamente algo foi despejado lá.”

Jair Bolsonaro
PRESIDENTE

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 09/10/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Abaixo-assinado por Abrolhos

Foto-legenda

Três petições com 1,1 milhão de assinaturas contra a inclusão de blocos de exploração de petróleo no Parque dos Abrolhos, litoral sul da Bahia, serão entregues hoje ao Congresso e ao Ministério Público Federal

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 09/10/2019****Seção: Mercado****Autor: Nicola Pamplona****Título: Temporada inédita de leilões começa na quinta**

Rio de Janeiro Enquanto finaliza os trâmites para o megaleilão da cessão onerosa, o governo dá largada na quinta (10) a uma temporada de grandes leilões de petróleo no país, com três rodadas em menos de um mês, que devem fazer de 2019 o ano com a maior arrecadação já obtida com concessões petrolíferas no país.

Com potencial de arrecadação de até R\$ 106 bilhões, o leilão da cessão onerosa é o mais aguardado. Mas a expectativa é que as outras duas rodadas garantam R\$ 8,3 bilhões já este ano. Em 2018, também com três leilões, o governo arrecadou R\$ 18 bilhões.

A concentração de leilões em um curto espaço de tempo mobiliza há meses as petroleiras com interesses no país, com reforço nas equipes de análise das áreas e negociações de parcerias. Para especialistas, porém, é pequeno o risco de que alguma das rodadas seja deixada de lado.

“Os leilões vão atrair algumas companhias diferentes e seguramente companhias que buscam diversificar o perfil de suas reservas”, afirma o diretor-geral da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), Décio Oddone, que se diz otimista.

“Cada rodada dessas tem um público alvo diferente e uma oferta de áreas com características diferentes”, concorda o geólogo Pedro Zalán, da consultoria Zag.

A primeira delas, nesta quinta, oferecerá 36 blocos exploratórios fora do chamado polígono do pré-sal, área de 149 mil km² entre os litorais de Santa Catarina e Espírito Santo, onde a Petrobras tem preferência nos leilões e o governo participação obrigatória nos consórcios.

São áreas consideradas de alto risco. Dezesete empresasse habilitaram para participar. Somados, o bônus mínimo de todas as áreas chega a R\$ 3,2 bilhões. O governo faz estimativa conservadora de arrecadação de R\$ 2,3 bilhões.

Nos dias 6 e 7 de outubro, estão previstos os dois leilões do pré-sal. O primeiro oferecerá os chamados excedentes da cessão onerosa, reservas já descobertas em quatro blocos cedidos pelo governo em 2010, durante o processo de capitalização da estatal.

Neste caso, como são descobertas já comprovadas, quase não há risco —os vencedores comprarão a fatia de produção adicional aos 5 bilhões de barris que a Petrobras tem direito a extrair. O pagamento pode ser parcelado, caso as ofertas tenham ágio no volume de óleo concedido ao governo.

Ao todo, 14 empresas se habilitaram para concorrer. Além do elevado bônus de assinatura, terão que ressarcir a Petrobras por investimentos já feitos e pela perda na curva de produção, já que, com novos sócios, a estatal levará mais tempo para extrair os seus 5 bilhões de barris.

O IBP estima que os valores do ressarcimento cheguem a R\$ 120 bilhões ou R\$ 130 bilhões, diz o secretário-executivo, Antonio Guimarães. “O número de empresas que têm essa capacidade financeira é reduzido. Esse leilão deve ser em consórcios, dificilmente empresas terão capacidade para entra sozinhas.”

Já o segundo leilão do pré-sal vai oferecer cinco áreas dentro do polígono nas bacias de Santos e Campos. Treze empresas foram habilitadas para a disputa. Se todas as áreas forem vendidas, a arrecadação será de R\$ 7,85 bilhões. Mais uma vez, o governo trabalha com estimativa conservadora, de R\$ 6 bilhões.

As rodadas contam com o interesse de petroleiras internacionais já com forte presença no Brasil, como as americanas Exxon e Chevron, a anglo-holandesa Shell, a britânica BP, a francesa Total e a norueguesa Equinor, além da Petrobras e estatais chinesas.

O leilão desta quinta tem um público mais diversificado, incluindo empresas de médio porte como a brasileira Enauta, a americana Murphy Oil e a australiana Karoon.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/10/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Petrobras corta custos e fechará cinco escritórios no exterior

Brasília | Reuters A Petrobras deverá encerrar o ano com a pena só escritórios no exterior, contra 19 em 2017, em meio a um processo de cortes de custos e otimização na alocação de capital em curso, afirmou nesta terça-feira (8) o presidente da empresa, Roberto Castello Branco.

Atualmente, segundo o executivo, a empresa tem ainda 11 escritórios fora do país, mas terminará o ano com presença apenas nos seguintes países: Bolívia, China, Cingapura, Estados Unidos, Holanda e Inglaterra.

“Estamos num processo de racionalização do espaço”, disse o executivo, durante participação em Comissão de Minas e Energia na Câmara dos Deputados, sobre a venda de ativos da empresa.

O mesmo está sendo realizado no Brasil. Em 2015, a Petrobras ocupava 72 prédios no país, contra 38 atualmente, disse Castello Branco, apontando uma redução de custos de 35% no período, para R\$ 1,3 bilhão com os prédios brasileiros.

Para combater a bilionária dívida e buscar uma melhor eficiência na alocação de capital, a Petrobras tem ainda um amplo programa de desinvestimentos em curso, enquanto trabalha para voltar suas atividades à exploração e à produção de petróleo em águas profundas e ultraprofundas.

Segundo Castello Branco, o portfólio da empresa considera atualmente a venda de 183 campos em terra e em águas rasas. Ele ressaltou que diversos ativos no Nordeste estão à venda, uma vez que a produção em diversos estados da região tornou-se irrelevante para a empresa.

“Estamos vendendo essas operações para outras empresas, várias brasileiras”, disse o executivo, frisando que as companhias que estão comprando esses ativos deverão investir neles, gerando renda e emprego nas regiões.

Sobre privatização, o presidente da companhia afirmou não haver planos para a venda da estatal.

“Privatização da Petrobras não está na mesa, não existe nenhum plano. De vez em quando, alguém fala, é sempre esse fantasma”, declarou o executivo.

O secretário Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, Salim Mattar, disse a jornalistas na semana passada que não estão em seu mandato as privatizações de Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Petrobras.

Mattar ponderou, no entanto, que há valor potencial a ser atingido no futuro com operações envolvendo essas empresas caso haja um entendimento nesse sentido entre sociedade, Congresso e presidente da República.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/10/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Acordo de megaleilão avança e abre caminho para Previdência

Governo e Congresso negociam para definir critérios de distribuição de verba
Ricardo Delia Coletta e Thiago Resende

Brasília O governo Jair Bolsonaro (PSL) e o Congresso se aproximam de um acordo para definir os critérios de distribuição, entre estados e municípios, dos recursos arrecadados no leilão do pré-sal marcado para novembro.

O entendimento é considerado no Senado como fundamental para possibilitar a aprovação do segundo turno da reforma da Previdência, que deve ocorrer em duas semanas.

A Câmara e o Senado vinham protagonizando nos últimos dias uma queda de braço sobre as regras de partilha dos cerca de R\$ 73 bilhões que o governo deve arrecadar com o leilão de novembro.

Enquanto senadores vinham defendendo uma divisão igualitária entre estados e municípios, deputados atuavam para que as prefeituras ampliassem sua parcela no bolo.

Pelo acordo costurado entre os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), 30% do montante deve ser dividido igualmente entre estados e municípios.

O acordo que vem sendo elaborado prevê ainda que a parcela destinada aos municípios (15% dos R\$ 73 bilhões) será repartida respeitando as normas do FPM (Fundo de Participação dos Municípios).

Já no caso dos estados a partilha deve ocorrer misturando os critérios do FPE (Fundo de Participação dos Estados) e da Lei Kandir. A versão aprovada pelo Senado previa o rateio apenas pelas regras do FPE.

A Lei Kandir prevê compensação a estados pela isenção de ICMS sobre as exportações. Uma parte dos recursos é distribuída com base em percentuais definidos em 2002, de acordo com as exportações à época, mas outra parte leva em consideração uma tabela definida pelo Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária) e que é alterada anualmente.

Segundo o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), o formato do acordo foi feito para equilibrar o envio de dinheiro entre os entes federados do Norte e Nordeste e os das demais regiões do Brasil —ficou estabelecido ainda que o Rio de Janeiro receberá 3% do bolo da União, a título de estado produtor.

“Houve diversas consultas a governadores. Houve uma manifestação, senão unânime, ampla dos governadores de que esse entendimento atenderia a necessidade de equilíbrio federativo entre os diversos estados da federação”,

disse Bezerra Coelho.

Maia acredita ser possível que deputados e senadores entrem num consenso sobre o rateio dos recursos.

“No Senado, o Norte e Nordeste têm maioria dos senadores. Na Câmara, Sul, Sudeste e Centro-Oeste têm maioria. Se não se construir um acordo, apesar do Senado ser a Casa da federação, o equilíbrio da federação se dá com a maioria de uma região numa Casa e de outra região na outra. Então, se não tiver acordo, as coisas não vão caminhar”, afirmou Maia.

As novas regras de divisão do dinheiro do leilão do pré-sal serão tratadas no Congresso em um projeto de lei. A ideia, segundo o líder do governo no Senado, é concluir o acordo para permitir a votação do texto na Câmara na quarta-feira (9) e na semana seguinte no Senado.

Para surtir efeito, o projeto de lei precisa ser sancionado por Bolsonaro antes do leilão, marcado para 6 de novembro.

Ainda segundo o líder do governo no Senado, os parlamentares vão incluir no projeto vedações para o uso do dinheiro repassado aos entes subnacionais.

Os prefeitos, por exemplo, poderão usar os recursos arrecadados para o equilíbrio das contas previdenciárias e para investimentos. Já os governadores deverão usá-los para equilibrar seus sistemas previdenciários e na sequência, caso haja disponibilidade, para investimentos e para o pagamento de precatórios de pessoas físicas.

O ministro Paulo Guedes participou das conversas e chegou a propor que parte dos recursos arrecadados no leilão fosse canalizado para emendas parlamentares.

No entanto, segundo Bezerra Coelho, a ideia não prosperou. “Isso foi aventado no início do processo, mas foi descartado. As emendas impositivas foram descartadas como instrumento de utilização dos recursos da cessão onerosa.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Vinicius Torres Freire

Título: Um país por fazer e sem obras

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Perspectivas para a retomada de investimentos em infraestrutura ainda são limitadas

Os investimentos privados em concessões de rodovias, aeroportos, portos, ferrovias e transporte urbano devem ter impacto quase nenhum na economia em 2020 e de 0,3% do PIB em 2022. A estimativa desse efeito muito miúdo é dos economistas do Itaú.

O pessoal do banco expressou em números um dos motivos desta era de expectativas reduzidas quanto ao crescimento brasileiro: falta de investimento na base da economia. Não é destino, não é previsão de que o investimento em obras públicas será um fracasso pelos próximos três anos. Mas temos problemas sérios para evitar que assim seja.

Entre fazer os estudos de uma obra relevante e abrir-se um canteiro de trabalhos, vão-se uns dois anos, sendo otimista. Quede esses grandes novos projetos? Por ora, não estão à vista. Logo, mesmo se o governo der tratos à bola, acelerar estudos e resolver logo problemas regulatórios e de garantias para investidores, teremos mais obras apenas em 2022 e olhe lá.

Sim, há outras possibilidades de investimento em infraestrutura. Os economistas do Itaú não trataram, por exemplo, de saneamento, energia elétrica, petróleo e gás.

Mesmo nesses casos, temos problemas.

O leilão da internet 5G, previsto para março de 2020, deve ocorrer na segunda metade do ano que vem, devido a uma discussão muito enrolada na Anatel, mas não apenas, além de rolos com prefeituras, pendentes de lei em debate no Congresso. Além de oferecer banda larga muito mais rápida, potente e eficiente, o 5G pode incentivar despesas de inovação nas empresas e vai exigir mais investimentos em infraestrutura de comunicação. Quando? Pelo jeito, apenas no final de 2020 e olhe lá.

O governo vai fazer com que a Petrobras tire seu peso do setor de refino e, mais importante e novo, de gás. Mas ainda é preciso votar nova regulação no Congresso e lidar com as empresas estaduais de gás. Dinheiro novo em 2021?

Há uma lei de saneamento no Congresso, que em tese deveria facilitar a ampliação desse mercado, com maior participação de investimento privado. Na atual versão, o projeto vai acabar retardando em muitos anos a entrada de novas empresas no setor, de resto sem resolver muito bem o problema de levar o serviço a regiões mais pobres, as mais necessitadas (leia mais em Cotidiano).

O setor elétrico tem um sistema de planejamento mais consolidado, mas que precisa de revisão, o que depende também do destino que se vai dar á Eletrobras e de um novo marco regulatório, debate ora emperrado.

O investimento público em obras é minguado e, no governo federal, ora tende a zero. Mesmo com malabarismos ortodoxos ou heterodoxos, não aumentaria de modo relevante até 2022. Sem concessões para a iniciativa privada, estradas etc. ficarão ainda mais podres e não haverá o estímulo ao crescimento que advém dessas obras.

Trata-se de investimento que não depende necessariamente da conjuntura econômica, dinheiro que poderia ressuscitar outros setores da economia, catatônicos por falta de demanda, com imensa capacidade ociosa, pois o PIB se arrasta. Sendo assim, tais setores não investem, claro, em aumento de capacidade ou contratam trabalho.

Quase se pode dizer que estamos tentando sair do chão puxando os cabelos. Não precisa ser assim. Concessões de infraestrutura e regulação arrumada em gás, telecomunicações, saneamento e eletricidade poderiam acelerar os investimentos e reanimar o PIB. Mas a coisa está devagar para um país tão deprimido.

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/10/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: Acordo sobre leilão do petróleo viabiliza votação da reforma

ACORDO FECHADO

Divisão de recursos de megaleilão viabiliza votação final da Previdência

BRASÍLIA- As principais lideranças do Congresso e governadores chegaram ontem a um acordo para distribuir entre estados e municípios parte dos R\$ 106,5 bilhões que devem ser arrecadados no megaleilão de petróleo do pré-sal, no mês que vem. O acordo permite que a votação do segundo turno da reforma da Previdência no Senado seja realizada no próximo dia 22. Os detalhes da negociação foram confirmados ontem pelo líder do governo na Casa, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

O acordo prevê um critério misto de divisão do dinheiro, com o objetivo de beneficiar tanto estados do Norte e do Nordeste quanto de Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A nova divisão será feita por meio de um projeto de lei, e não

mais por proposta de emenda à Constituição (PEC), que tem tramitação mais lenta.

O projeto pode ser votado ainda hoje na Câmara dos Deputados. A previsão, disse Bezerra, é o texto ser analisado na próxima terça-feira no Senado e sancionado até o fim da próxima semana pelo presidente Jair Bolsonaro. A votação do segundo turno da Previdência no Senado no dia 22 será o último passo necessário para a promulgação da mudança nas regras da aposentadoria, que pode dar um alívio fiscal da ordem de R\$ 800 bilhões em dez anos.

O líder do governo confirmou que o acordo sobre a divisão dos recursos do leilão destrava a votação da reforma: — Sim. Esse é o acordo.

NOVA FÓRMULA

O governo espera arrecadar R\$ 106,5 bilhões com a licitação de quatro áreas no pré-sal da Bacia de Santos, no litoral do Estado do Rio, marcada para o dia 6 de novembro, no Rio. O leilão foi viabilizado pela revisão do contrato da chamada cessão onerosa, pelo qual a Petrobras, em 2010, recebeu da União o direito de explorar até 5 bilhões de barris de petróleo nessas áreas, como parte do seu processo de capitalização. Como estudos geológicos mostraram mais tarde que pode haver até 15 bilhões de barris ali, esse excedente será levado a leilão agora.

Do total a ser arrecadado em bônus de assinatura no leilão, a Petrobras receberá R\$ 33,6 bilhões por conta da renegociação do contrato da cessão onerosa. A União prometeu dividir parte do restante entre estados e municípios. As unidades da federação e as prefeituras dividirão fatias iguais de 15% desse total, equivalentes a R\$ 10,9 bilhões cada.

A fórmula inicial de divisão dos recursos entre as unidades da federação pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE) desagradou a governadores de Sul, Centro-Oeste e Sudeste. Isso porque os critérios do FPE privilegiam estados mais pobres, com menor renda per capita, como os do Norte e do Nordeste. Pela nova fórmula, dois terços dos R\$ 10,9 bilhões dos estados serão distribuídos via FPE, mas um terço desse valor será repassado seguindo critérios da Lei Kandir — criada para compensar estados exportadores pela redução do ICMS para vendas ao exterior. Essa parcela tende a beneficiar majoritariamente estados de Sul, Sudeste e Centro-Oeste, que concentram as exportações do país.

— Houve diversas consultas a diversos governadores. E houve uma manifestação, se não unânime, ampla de que esse entendimento atenderia à necessidade de equilíbrio federativo — afirmou Bezerra.

APLICAÇÃO CONTROLADA

A destinação dos recursos a serem recebidos pelos governadores também foi negociada: eles deverão ser usados principalmente para cobrir o rombo da previdência dos estados.

— De forma prioritária, os recursos que forem transferidos aos estados terão de ser utilizados para o equilíbrio das contas previdenciárias. Na sequência, havendo disponibilidade, para investimentos e para honrar o pagamento de precatórios (dívidas decorrente de decisões da Justiça) para pessoas físicas, sobretudo de pensões — afirmou o líder.

O acordo não altera a divisão do dinheiro entre os municípios. As prefeituras receberão R\$ 10,9 bilhões seguindo somente os critérios do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

— Os prefeitos que irão receber esses recursos poderão aplicar tanto no equilíbrio das contas previdenciárias como em investimentos — disse Bezerra.

JULGAMENTO ADIADO NO STF

O acordo também prevê que o Estado do Rio, na condição de estado que abriga as áreas produtoras, terá direito a 3% da arrecadação do leilão: R\$ 2,1 bilhões. Ontem, o governador do Rio, Wilson Witzel, também conseguiu o compromisso do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, de adiar em 120 dias o julgamento sobre a constitucionalidade da lei que redistribui royalties do petróleo entre todos estados e municípios do país, segundo revelou o blog do colunista Lauro Jardim no site do GLOBO. O julgamento estava marcado para 20 de novembro.

O critério de divisão dos recursos do megaleilão para os estados embolou as discussões da cessão onerosa na Câmara e a reforma da Previdência no Senado. As divergências entre governadores irritaram os senadores, que ameaçaram não concluir a votação da reforma da Previdência. Lideranças do Congresso e do governo passaram os últimos dias tentando chegar um meio-termo que permitisse a votação relacionada ao leilão e a da reforma.

Ontem, finalmente, líderes do Senado bateram o martelo sobre a votação em segundo turno da reforma daqui a duas semanas. Já haveria condições regimentais de a análise acontecer na semana que vem, porque o intervalo de sessões necessário entre primeiro e segundo turno já teria sido cumprido, mas um grupo de senadores vai a Roma acompanhar a cerimônia de canonização de Irmã Dulce no fim de semana. Com o quórum mais baixo, haveria risco para o governo de o texto não ser aprovado.

— Semana que vem temos situação de ausência de um conjunto de senadores. É uma matéria que não pode ser submetida à votação em ambiente onde você tenha qualquer tipo de risco em razão da ausência de senadores aliados da aprovação dessa matéria — afirmou o senador Marcos Rogério (DEM-RO), vice-líder do DEM.

(Colaborou Marco Grillo)

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Acelmo Gois

Título: Nem o índio santo escapou da degola

A Petrobras alterou os nomes de 11 de suas usinas termoeletricas (UTE), que no governo Lula ganharam nomes de personalidades, quase todas de esquerda ou nacionalistas. Nem mesmo o índio Sepé Tiarajú (1723-1756), cujo processo de canonização corre no Vaticano, escapou. Ele morreu durante a batalha em que tentava proteger 30 mil índios de uma remoção feita pelo exército unificado dos reinos de Portugal e Espanha. A lista de cassados inclui também Aureliano Chaves, Barbosa Lima Sobrinho, Euzébio Rocha, Fernando Gasparian, Leonel Brizola, Luiz Carlos Prestes, Mario Lago, Celso Furtado, Jesus Soares Pereira e Rômulo Almeida. Com a mudança, a maioria volta a ter o nome original, que faz referência à região onde a usina está localizada. A estatal, que pretende privatizar 15 das 26 termoeletricas que possui, diz que a Aneel, no último dia 25, autorizou a mudança “para facilitar o registro dos nomes no INPI”. É. Pode ser.

No meio da Baía, um arranha-céu marítimo

Sabe a nota que saiu aqui de um voo da Latam, domingo, que vinha de São Paulo e ficou uns quinze minutos sobrevoando o Rio à espera de que uma plataforma de petróleo se afastasse do Santos Dumont?

O Comando do 1º Distrito Naval informa que a Capitania dos Portos do Rio autorizou, nesse dia, a saída da plataforma Gold Star do Porto do Rio para uma área de fundeio próxima a Niterói. Por razões de segurança, já que a plataforma tem 65,5 metros de altura, a Aeronáutica emitiu um aviso aos pilotos. Melhor assim.

Aliás, em agosto de 2018, a Docas do Rio tinha reclamado que a Gold Star, que foi contratada pela Petrobras, estava atrapalhando as operações do terminal dos passageiros da Praça Mauá.

VEÍCULO: O Globo**Data: 09/10/2019****Seção: Colunas****Autor: Míriam Leitão****Título: O petróleo e a Previdência**

O acordo fechado entre o governo, a Câmara e o Senado para aprovar a Previdência embute não apenas recursos que serão distribuídos através de emendas de parlamentares nos royalties futuros do pré-sal, mas também uma trava no dinheiro que vai agora para os governadores. Os estados ficarão com 15% do dinheiro que for arrecadado pelo leilão da cessão onerosa, mas terão que usar os valores para financiar seu rombo previdenciário.

Essa foi a equação política para resolver o conflito que vem desde o começo da tramitação da reforma da Previdência, que é a falta de disposição dos parlamentares de favorecer os governadores. Muitos deputados e senadores são de grupos políticos diferentes dos atuais administradores estaduais e, alguns deles, potenciais adversários nas próximas eleições. Tanto na aprovação da reforma, quanto na distribuição dos royalties do petróleo, bateu-se nesse mesmo impasse: como favorecer governadores que podem neste momento estar em posição oposta à do parlamentar que tem o voto no Congresso?

No caso da cessão onerosa a solução foi travar os recursos para financiar a previdência dos estados, uma solução negociada entre as lideranças do Congresso e que agradou à equipe econômica, embora não resolva nada. Impede que os administradores expandam o gasto, mas ao mesmo tempo o que os estados precisam é de fazer sua própria reforma previdenciária. Os parlamentares foram atendidos porque terão direito a participar nos futuros leilões do pré-sal da distribuição dos royalties.

A impressão no governo é que o acordo já está sacramentado, as arestas estão aparadas e por isso será aprovada a reforma da Previdência sem maiores sustos e desidratações. No mercado financeiro, contudo, a demora da votação está repercutindo no câmbio. No Congresso, as negociações continuam para aprovar a cessão onerosa, a divisão dos royalties e a Previdência.

A área econômica do governo nega que isso seja a velha política. O argumento é que é a política propriamente dita, porque se parlamentares são representantes de suas regiões é natural que as defendam e queiram fazer parte da escolha dos investimentos através das emendas. Por outro lado, a disputa eleitoral divide os grupos de um mesmo estado.

— Eles dizem para nós: por que vamos aprovar uma coisa que é para dar mais dinheiro para os governadores que votam contra a reforma? — explicou um integrante do governo.

A mesma questão acabou levando a que os estados e municípios fossem retirados da reforma logo na tramitação na Câmara. Alguns governadores eram contra publicamente, mas torciam pela reforma para que a mudança ajudasse a resolver o rombo previdenciário sem que eles tivessem que pagar o preço político de brigar por ela. A solução de retirar os estados foi ruim, mas o assunto foi parcialmente resolvido com a criação da PEC Paralela que voltou a incluí-los. Mas essa PEC terá um longo tempo de tramitação e está carregada de outras questões polêmicas.

Sobre as emendas parlamentares, a avaliação feita na equipe econômica é que elas acabam fortalecendo os investimentos públicos que estão no ponto mais baixo da história. Portanto, esse acordo para os futuros leilões é considerado benéfico. Da mesma forma é visto como natural que os estados produtores como o Rio tenham uma parcela maior do dinheiro e que essa fatia saia dos recursos que iriam para a União.

O bastidor dessa negociação foi intenso, com os governadores defensores da reforma brigando para que não fossem recursos para os que sempre se colocaram contra. Uma espécie de Sul contra o Nordeste. Por fim, prevaleceu o bom senso. Mas essa obrigação de que o dinheiro vá para a previdência estadual não resolve o problema. Eles precisam fazer as suas reformas para tornar seus sistemas de aposentadorias e pensões sustentáveis. Houve também muitas disputas entre Senado e Câmara. O momento mais difícil foi quando o Ministério da Economia deu o sinal de que se eles aprovassem novas desidratações na reforma o governo federal poderia reduzir o dinheiro a ser distribuído a estados e municípios. Isso foi visto como ameaça de retaliação. A situação ficou tensa. Foi preciso voltar todo mundo para a mesa de negociação para o acordo que envolve petróleo e Previdência.

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/10/2019

Seção: Sociedade

Autor:

Título: Óleo misterioso

Opinião do GLOBO

O PRESIDENTE Jair Bolsonaro disse que não é do Brasil a responsabilidade pelas manchas de óleo que apareceram em praias dos nove estados do Nordeste, já que ficou constatado que o material não é produzido ou comercializado no país.

DE FATO, é importante descobrir a origem do óleo. Porém, mais fundamental ainda é saber exatamente o que aconteceu e por que as estruturas de fiscalização ambiental do país falharam ao não detectar o problema imediatamente.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 09/10/2019

Seção: Política

Autor: Alessandra Azevedo

Título: Acordo sobre pré-sal destrava Previdência

Após dias de um embate que travou o andamento da reforma da Previdência, o Senado e a Câmara chegaram a um acordo sobre a partilha dos recursos do megaleilão de petróleo de áreas do pré-sal, marcado para 6 de novembro. Os parlamentares decidiram apresentar um projeto de lei com novas regras para a divisão dos R\$ 21,8 bilhões que serão destinados a estados e municípios. A proposta diminui os valores que vão para as regiões Norte e Nordeste e aumenta as fatias para estados do Sul, do Sudeste e do Centro-Oeste.

A matéria deve ser votada pelos deputados hoje, pelos senadores na próxima terça-feira e, se não houver atrasos, fica pronta para ser promulgada pelo presidente Jair Bolsonaro no fim da semana que vem. Em seguida, a reforma da Previdência poderá, enfim, ser avaliada em segundo turno pelo plenário do Senado, o que é previsto para acontecer em 22 de outubro.

Pela regra aprovada inicialmente pelo Senado, os R\$ 21,8 bilhões seriam divididos de acordo com critérios do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Fundo de Participação dos Estados (FPE). O valor em questão equivale a 30% dos recursos que serão arrecadados com o leilão (R\$ 106 bilhões), deduzida a parcela que ficará com a Petrobras (R\$ 33 bilhões). Esse dinheiro será distribuído em partes iguais: 15% para estados e 15% para municípios — ou seja, R\$ 10,9 bilhões para cada esfera administrativa.

Como não houve consenso sobre a proposta na Câmara, começou um embate pela revisão dos critérios, que suspendeu a tramitação da reforma da Previdência. O projeto de lei que busca resolver o impasse prevê que os 15% destinados aos estados serão divididos da seguinte forma: 10% pelos critérios do FPE, que beneficia estados do Norte e do Nordeste, e 5% pelos critérios da

Lei Kandir, mais favorável a estados exportadores.

Os 15% que serão repassados aos municípios continuarão sendo distribuídos de acordo com o FPM. “Houve consulta a diversos governadores e a manifestação, se não unânime, ampla de que esse encaminhamento atende às necessidades do equilíbrio federativo”, disse o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), que anunciou o acordo.

Segundo Bezerra, os entes federados poderão usar os recursos para pagar benefícios previdenciários, em investimentos ou, no caso dos estados, “para honrar pagamentos de precatórios de pessoas físicas, sobretudo de pensões alimentares”.

Depois da votação do projeto de lei, o governo federal precisará encaminhar ao Congresso uma proposta de crédito orçamentário suplementar com a previsão de pagamento dos recursos a estados e municípios.

Apoio

A decisão foi tomada após reunião de líderes partidários no Senado. Mais cedo, Bezerra se encontrou com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que, segundo o senador, garantiu que a proposta conta com apoio dos deputados. “Ele me trouxe a informação de que o apoio também dos líderes da Câmara foi muito expressivo”, afirmou o líder do governo. Maia discordava da ideia de que o governo definisse o repasse por meio de medida provisória (MP), possibilidade levantada no Senado. Ontem, ele afirmou que “qualquer outra solução que respeite o Parlamento” teria o apoio tanto dos líderes de bancada quanto da presidência da Casa.

Pela manhã, chefes de executivos estaduais se reuniram para o VII Fórum de Governadores, em Brasília. Na saída, o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), defendeu a mesma proposta que foi, depois, divulgada pelos parlamentares.

Governadores do Norte e do Nordeste, que defendiam os critérios iniciais, apenas com base no FPE e no FPM, não ficaram satisfeitos com o novo modelo. “Espero que essa proposta não prospere. Espero que os critérios adotados até então para distribuição de recursos junto a estados e municípios sejam mantidos”, disse a governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra (PT), pela manhã, antes do anúncio feito por Bezerra, no Senado.

O FPE é a melhor opção para as regiões Norte e Nordeste porque beneficia os estados que têm renda per capita menor. Já a Lei Kandir, criada para compensar estados exportadores pela redução do ICMS para vendas ao exterior, beneficia

Sul, Sudeste e Centro-Oeste, que concentram as exportações.

MME / ASCOM .